



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011626-11.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **CF, OF - 2658/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1050/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Indiciado: **ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNELIO**
 Vítima: **CIRO ZANINI CARDOSO DA SILVA**

Aos 22 de agosto de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNELIO, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:**“MM. Juiz: ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNÉLIO, qualificado a fls.56, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, c.c. artigo 14, inciso II, do Código Penal, porque em 21.11.16, por volta das 15H23, na rua Tiradentes, 650, centro, em São Carlos, tentou subtrair para si, um celular de valor aproximado de R\$560,00,00, pertencentes à vítima Ciro Zanini Cardos da Silva, não consumando o crime por razões que independeram de sua vontade. **A ação é procedente**. A prova testemunhal confirmou a autoria do furto simples tentado, que não se consumou por circunstâncias alheias a vontade do réu. A vítima narrou detalhadamente como os fatos ocorreram, dizendo que reagiu, entrando em luta corporal com o réu, não conseguindo o mesmo subtrair o seu celular. A polícia foi acionado e o réu preso em flagrante. O crime somente não se consumou em razão da reação da vítima. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é tecnicamente primário, pois está preso por fato posterior, ocorrido em 8.12.16 (fls.80). **Dada a palavra à DEFESA:**“MM. Juiz: o réu confessa a cogitação do crime de furto. A cogitação é etapa não punível do *iter criminis*. A própria denúncia afirma que o réu pediu o aparelho “me dá o radinho”. Pedir é verbo que não se coaduna com o verbo “subtrair”. A própria palavra furto conduz à ideia de furtividade, aquilo que é feito as escondidas, sem a percepção da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

vítima ou de terceiros. O início dos atos executórios só se dá com a prática de atos ligados ao núcleo do tipo. Pedir não é início de subtrair. O fato narrado na denúncia não se subsume ao furto, devendo ser reconhecida a impossibilidade de antecipação da tutela penal para momento anterior ao início dos atos executórios. A cogitação não é suficiente para deflagrar o início da ação punível. Ademais, o Ministério Público não imputa nenhum outro fato mais grave, devendo prevalecer a opinião do titular da ação penal. Em caso de condenação pelo furto tentado, requer-se o reconhecimento da primariedade, da confissão e da atenuante da menoridade, assim com a redução máxima em razão da tentativa. Requer-se, por fim, a concessão do direito de recorrer em liberdade.

Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: "VISTOS. ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNÉLIO, qualificado a fls.56, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, c.c. artigo 14, inciso II, do Código Penal, porque em 21.11.16, por volta das 15H23, na rua Tiradentes, 650, centro, em São Carlos, tentou subtrair para si, um celular de valor aproximado de R\$560,00,00, pertencentes à vítima Ciro Zanini Cardos da Silva, não consumando o crime por razões que independeram de sua vontade. Recebida a denúncia (fls.86), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.97). Nesta audiência foram ouvidas a vítima e interrogado o réu, havendo desistência quanto as demais. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a absolvição por atipicidade e, subsidiariamente, pena mínima e benefícios legais, com atenuantes da menoridade e confissão. **É o Relatório. Decido.** Tanto no inquérito (fls.65) quanto em juízo, o réu confessou a tentativa de furto. A vítima disse que o réu tentou pegar o celular dela, mas não convenceu o ofendido de que estivesse armado, afastando a grave ameaça. Então a vítima o empurrou, correu e chamou a polícia. O réu responde pelos fatos praticados. Como não se configurou claramente a grave ameaça, na mente da vítima, que de pronto percebeu que o réu não estava armado, tipifica-se a tentativa de furto. Houve início de execução, pois a vítima afirma que o réu tentou pegar o celular dela. Não houve mera cogitação e o réu confessa os termos da denúncia, dizendo que o rapaz o empurrou e, pelo teor do interrogatório, conclui-se que o réu desistiu do intuito quando já estava em contato com a vítima, ou seja, já iniciando a execução, que teve percurso mínimo no *iter criminis*. O réu é primário e de bons antecedentes. A certidão de fls.80 refere-se a fato posterior, não constando condenação transitada em julgado. Em favor do réu existem as atenuantes da menoridade e confissão. Sendo primário e de bons antecedentes, faz jus ao privilégio do artigo 155, §2º, do CP, pois o objeto do delito tinha valor inferior ao salário mínimo. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNÉLIO como incurso no artigo 155, §2º, c.c. art.14, II, artigo 65, I, e III, "d", do C.P. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base, unicamente de multa, em 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já consideradas as atenuantes da menoridade e confissão, que não podem trazer a sanção abaixo do mínimo. Pela tentativa, com pequeno percurso do *iter criminis*, reduzo a sanção dois terços, perfazendo a pena definitiva de **03 (três) dias-multa, calculados cada um no mínimo legal**. O réu poderá apelar em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Cópia deste termo fica à disposição das partes, devidamente assinados pelos presentes, nos termos N.S.C.G.J. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: